



Imprimir



Fale Conosco

Zoom+
Zoom-Edições
Anteriores

Busca

ANO II - Número 7
Brasília, 10/10/2011

BIS

O sucesso da primeira edição do seminário A Mulher e a Mídia, em 2005, exigiu bis. A SPM vai promover, nos dias 18 e 19 de junho, em São Paulo, o seminário A Mulher e a Mídia II. O encontro vai debater o papel da mulher na mídia, na publicidade e na dramaturgia. Tudo com o apoio do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) e da Bancada Feminina no Senado Federal.



EM DEBATE

A Mulher e a Mídia II vai ter quatro painéis de debate - As questões de gênero na dramaturgia: mitos, verdades e mentiras - A mulher na publicidade: muito além da imaginação - A mulher ao vivo e a cores: os programas e publicações voltados para o universo feminino - Movimentos da mulher na mídia: conquistas de espaços e avanços na abordagem da temática da mulher.



MULHERES TOP

Para esquentar os debates do seminário, os quatro painéis vão contar com a participação de jornalistas e profissionais de comunicação do Brasil e da América Latina. Confira a programação e o nome das palestrantes <http://200.130.7.5/spmu/SeminarioMulherMidiaII.doc>



VIOLÊNCIA

Estudo realizado por pesquisadores da UNIFESP, a partir de 8.600 prontuários médicos de mulheres vítimas de violência sexual, mostra o tamanho da subnotificação: só em 10% dos casos houve registro na polícia. Mais: 16% das mulheres estupradas contraem alguma doença sexualmente transmissível e todas disseram que não aceitariam uma gravidez originada pelo estupro. A base territorial do estudo abrange três centros de referência da capital paulista: Hospital Pérola Byington, Hospital Jabaquara e a Casa da Saúde da Mulher.



PROTAGONISMO MATERNO I

A pesquisa "Perfil da Mãe Brasileira", divulgada recentemente pelo Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV, atesta que os municípios que têm maior número de mães entre as mulheres adultas, possuem melhores indicadores sociais. Nas localidades onde mais mulheres adultas são mães, maior é a frequência e o aproveitamento escolares e mais baixa é a

AGENDA

AUTÓGRAFOS

O lançamento do livro "Violência Sexual no Brasil: Perspectivas e Desafios", vai ser dia 8 de julho, no Instituto de Psicologia da UFRJ, Rio de Janeiro. A ministra Nilcéa Freire vai participar ao lado das autoras Cecília de Mello e Souza e Leila Adesse. A edição é uma parceria entre a SPM e o IPAS/Brasil.



INTERDISCIPLINAR

A Universidade Federal de São Paulo realizará o seminário Violência Sexual contra Mulheres, nos dias 17 e 18 de junho, com o objetivo de tratar o tema sob a ótica interdisciplinar. A abertura será às 19hs, no Teatro Marcos Lindenberg, e vai contar com a presença da ministra Nilcéa Freire, da SPM, Maria José de Oliveira Araújo, coordenadora da Área Técnica de Saúde da Mulher (Ministério da Saúde), Luiz Roberto Barradas Barata, Secretário de Estado de Saúde de São Paulo e

mortalidade infantil, por exemplo.



PROTAGONISMO MATERNO II

Já nos municípios com muitos filhos por mãe, cuja qualidade da criação dos filhos é prejudicada, têm indicadores sociais ruins. Segundo Marcelo Néri, coordenador da pesquisa, a moral da estória é a de que muitos filhos por mãe fazem mal aos indicadores sociais, mas muitas mães entre as mulheres adultas, não.



PROTAGONISMO MATERNO III

Tanto melhor, pois a pesquisa informa que, entre 1970 e 2000, enquanto o número de filhos nascidos vivos por mãe, caiu de 3,2 para 2,1 (média nacional), a porcentagem de mulheres adultas que são mães - subiu de 49,3% para 60,8.



PROTAGONISMO MATERNO IV

Em tempo: no mesmo período, o número total de mães brasileiras saltou de 16,5 milhões para 42,6 milhões.



DEVER DE CASA

Vem aí o Programa Pró-Eqüidade de Gênero, uma iniciativa da SPM, em parceria com o UNIFEM e a OIT. A idéia é incentivar as empresas estatais a promoverem ações socialmente responsáveis na questão de gênero. Mais adiante, o selo vai abranger o setor privado, também. Mas só depois de fazer o dever de casa, no âmbito federal. O lançamento já está marcado para 12 de julho, em Brasília.



VERDE-AMARELA I

Proposta pela delegação brasileira, a Declaração da Flórida, aprovada na noite de encerramento da Assembléia Geral da OEA, dia 06 de junho, em Miami/EUA, incluiu um parágrafo que trata do combate à discriminação de gênero e raça.



VERDE-AMARELA II

O Brasil emplacou, também, na Assembléia Geral da OEA, a aprovação de uma resolução de combate ao racismo. Com direito a evoluir para uma Convenção Interamericana sobre o tema, tal como já existe a Convenção de Belém do Pará, no combate à violência contra a mulher.



VERDE-AMARELA III

Na condição de presidente da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM), a ministra Nilcéa Freire solicitou aos estados-Parte da OEA uma contribuição financeira para o Fundo de Apoio ao monitoramento da

Cláudio Luiz Lottemberg, Secretário Municipal de Saúde de São Paulo.



TRÊS EM UM

Dia 16 de junho a ministra Nilcéa Freire vai à Recife. Na bagagem, leva mais dois Termos de Compromisso para a implementação do Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM), que serão assinados com as prefeituras da capital pernambucana e Olinda, onde também participará do lançamento do Programa de Combate à Violência Contra a Mulher.



DOSE DUPLA

Dia 22 de junho a ministra vai ter audiência com o governador do Ceará, Lucio Alcântara. Na agenda do encontro, a implementação do Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM) e o case Maria da Penha. À noite, a conversa é com a prefeita de Fortaleza, Luizianne Lins. Mais uma adesão com direito a assinatura de Termo de Cooperação.



ACONTECEU

BELÉM IN MIAMI

A Assembléia Geral da OEA, realizada nos dias 6 e 7 de junho, em Miami, EUA, debateu o seguimento da

implementação da Convenção do Pará. A delegação brasileira e a mexicana, saíram na frente: já fizeram seus aportes iniciais.



DAVOS

Estudo do Fórum Econômico Mundial, divulgado recentemente, estabelece um ranking mundial das disparidades globais de gênero que deixa o Brasil em posição desconfortável. Entre 58 países analisados, ficamos com a 51a. colocação, atrás de países do Leste da Europa como Letônia (11), Lituânia (12), Estônia (15), ou de diversos países latino-americanos como Costa Rica (18), Colômbia (30) e Uruguai (32). Os dados são de 2003.



20 ANOS DE CNDM

Jacqueline Pitanguy, presidente da segunda gestão (1986/1989) do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) é a entrevistada desta edição, dando continuidade à série de entrevistas comemorativas dos 20 anos do CNDM. Socióloga e cientista política, ela é diretora da ong CEPIA - Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação, do Fórum da Sociedade Civil nas Américas, conselheira da Care Brasil, e presidente do Conselho Diretor do Global Fund for Women.

Como foi o surgimento do CNDM em 85?

O Conselho nasceu ligado a três questões fundamentais. A primeira é o contexto do processo de redemocratização do país. A segunda, o fato de que já existia no Brasil um movimento de mulheres bastante amadurecido, com expressão, e que efetivamente propôs a criação de um órgão a nível federal para o estabelecimento de políticas públicas com relação a mulher. A terceira, é a conjuntura internacional: o CNDM nasce após a Conferência das Mulheres das Nações Unidas (Nairóbi/1985) que recomenda aos países membros a criação do que eles chamam de institucional machineries, ou seja, organismos institucionais que desenvolvam políticas públicas para promover os direitos da mulher e melhorar sua posição na sociedade.

O que marcou sua gestão na presidência do CNDM?

Certamente, o fato de que nós estávamos num processo constituinte. O CNDM organizou um trabalho muito sistemático e organizado de pressão sobre o Congresso Nacional, no sentido de encaminhar as demandas das mulheres. Esse processo teve várias etapas, com início em 1985, ainda na gestão da Ruth Escobar, com uma campanha que se chamava "Constituinte pra valer tem que ter Direitos de Mulher". Desde o início de minha gestão, que se estendeu por 4 anos, levamos esta campanha pra todo o país e em 1986 organizamos uma grande reunião em Brasília. Lá mais de três mil mulheres representativas de todo o país, aprovaram a Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes. A carta estava fundamentada num trabalho desenvolvido pelo CNDM desde 1985.

Em que consistia esse trabalho?

Recebíamos no CNDM sugestões e demandas as mais diversas, enviadas por mulheres de todo o país e separávamos o que era matéria constitucional do que não era. Assim, com o apoio de um grupo de juristas, elaboramos as linhas gerais desta Carta aos Constituintes que foi discutida e aprovada naquela grande assembleia, muito emocionante, na qual participou a viúva de Salvador Allende e várias outras figuras importantes da vida política.

A carta foi entregue aos constituintes?

implementação da Convenção Interamericana para Prevenir, Sancionar e Erradicar a Violência Contra a Mulher - Convenção Belém do Pará. A ministra Nilcéa Freire participou como presidente da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM).



MULHERES DA CHINA

No dia 07 de junho, foi realizado o Seminário "A Participação das Mulheres na Política", no auditório Nereu Ramos da Câmara de Deputados. O evento fez parte da Semana da Cultura e do Desenvolvimento das Mulheres da China e do Brasil e foi presidido pela ministra Nilcéa Freire. A delegação chinesa contou com a presença de Gu Xiulian, presidente da Federação das Mulheres da China e vice presidente da Assembléia Nacional Popular, entre outras autoridades.



Expediente:

ASCOM/SPM

Jornalista responsável:

Gabriela do Vale (DF 2488JP)

Editoração: ASCOM/SPM

Telefone: (55 61) 3411-4214

spmimprensa@spmulheres.gov.br

O conteúdo do boletim pode ser reproduzido parcial ou totalmente, desde que seja citada a fonte.

Essa carta foi entregue formalmente ao Ulisses Guimarães, Presidente do Congresso nacional, por mim e por todas as conselheiras, numa cerimônia solene. Ao mesmo tempo, às cinco horas da tarde neste mesmo dia, a carta também foi entregue em todas as assembleias estaduais do país. Foi o início de um processo de advocacy muito bem coordenado, com uma participação extraordinária da sociedade civil, particularmente de grupos de mulheres. Na verdade, a entrega solene desta Carta foi ao mesmo tempo a culminação de um processo e o início de outro que se desenvolveu ao longo de 86, 87 e 88. Durante aproximadamente três anos nós trabalhamos quase diariamente com o Congresso Nacional, e em articulação com a bancada feminina, no sentido de apresentar propostas e emendas, justificativas ou substitutivos. Quando uma matéria estava sendo discutida no Congresso, como por exemplo, o capítulo de família, lançávamos neste momento uma campanha de mídia com filmes (spots) de televisão e rádio, com outdoors em todas as capitais e com encartes na imprensa escrita e também organizávamos um evento para debater esta temática.



Se você não quiser mais receber este informativo, [clique aqui](#).

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
Via N1 Leste s/nº, Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes -
Zona Cívica Administrativa
70150-900 Brasília DF
Telefone: (61) 3411-4330 e 3411-4246
spmulheres@spmulheres.gov.br www.spmulheres.gov.br